

RESENHAS

Cherstich, I., Holbraad, M., & Tassi, N. (2020). *Anthropologies of Revolution: Forging Time, People, and Worlds*. Oakland: University of California Press. 212 p.

RENAN MARTINS PEREIRA

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos/SP, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-7295-6306>
zinhotravis@gmail.com

Anthropologies of Revolution: Forging Time, People, and Worlds de Igor Cherstich, Martin Holbraad e Nico Tassi é resultado de um projeto de pesquisa (*Comparative Anthropology of Revolutionary Politics*) conduzido pela *University College London* entre os anos de 2014 e 2019, sob a coordenação de Martin Holbraad, antropólogo dedicado aos estudos de religiões afro-cubanas e políticas revolucionárias. Igor Cherstich, por sua vez, dedica-se às políticas revolucionárias na Líbia, e Nico Tassi ao chamado “processo de mudança” entre indígenas das terras altas da Bolívia. Apesar dos contextos etnográficos de cada uma de suas pesquisas, não há preferência no livro por determinadas experiências revolucionárias em detrimento de outras ou mesmo a intenção de estabilizar para a análise um conjunto de acontecimentos pertencentes a um recorte temporal específico.

Desde a Revolução Francesa de 1789, as revoluções na Europa de 1848, a Revolução Russa de 1917, a Revolução Chinesa de 1949, a Revolução Cubana de 1959, a Revolução Iraniana de 1979, passando pelas diversas revoluções anticoloniais do século XX e pelas manifestações da Primavera Árabe entre os anos de 2010 e 2012, no Oriente Médio e no Norte da África, entre outras ocorridas anterior ou posteriormente a essa mesma época na América Latina, o livro apresenta, ao longo de seus seis capítulos, um denso e rico material histórico. Escritos coletivamente, os capítulos se aprofundam com cuidado e rigor analíticos à medida que avançam, dedicando-se à riqueza de detalhes e à particularidade de experiências revolucionárias ocidentais e não ocidentais, no entanto, sem ordená-las em uma linha temporal progressiva.

Ao elaborar um estado da arte dos estudos de revolução em diferentes contextos históricos e geográficos, os autores têm como proposta original a busca por uma pluralidade de entendimentos e de concepções revolucionárias da ação política. Para tanto, a pretensão do livro é direcionar críticas ao enquadramento conceitual e à criação de paradigmas e modelos da teoria crítica, da ciência política, da teoria social e da sociologia, existentes também nos escritos de líderes revolucionários como Lênin, Trótski, Mao Tsé-Tung, Stálin e Guevara.

Na contramão de respostas definitivas à noção de revolução, os autores procuram pensá-la como um “evento” coletivo de profundas cisões e transformações, mas a partir de um repertório de aspectos sociais, econômicos, culturais, religiosos, políticos e cosmológicos concernentes a localidades e a contextos muito específicos – que, por seu turno, produzem uns em relação aos outros (e não tão somente direcionam e determinam) distintas noções de tempo, de história e de subjetividade. Por meio de conceitos e ferramentas analíticas da antropologia, trata-se de dimensionar as formas por meio das quais as “revoluções não-lineares” (: 34) acontecem e modificam a ordem das coisas, mas também de entender as formas por meio das quais as revoluções se proliferam como “multiplicidade criativa” (: 46).

Na introdução, por exemplo, sob o título “Multiplying Revolutions”, fica muito claro o entendimento dos autores de “multiplicar revoluções” na análise etnográfica. A multiplicidade do objeto de análise, aliás, surte efeito na própria divisão do livro em seis eixos principais, cada um deles correspondentes a um de seus seis capítulos, a saber: 1) o ritual; 2) o Estado; 3) a produção de pessoa; 4) o carisma; 5) a ideologia; 6) a cosmologia. Há um argumento comum que os atravessa: o de que as revoluções têm uma natureza particularmente polissêmica.

Tal como as revoluções, o ritual é um “evento” de transformação. Desde um ponto de vista antropológico, afirmam os autores, o ritual é um primeiro passo para a “indigenização das revoluções” (:16). No capítulo I, “Revolution as Event: Ritual, Violence, and Transformation”, é retomado para o centro do debate boa parte da literatura da Escola de Manchester, a partir sobretudo da obra de Max Gluckman sobre os “rituais de rebelião”, passando também por conceitos de Victor Turner e Maurice Bloch. De acordo com uma tradição de análise etnográfica dos conflitos, da violência e dos processos de mudança, o objetivo é entender como a antropologia britânica lidou com as transformações em contextos etnográficos não ocidentais, muitas vezes deixando de vê-las como revolucionárias ao seu próprio modo por não romperem de maneira radical com as estruturais sociais do passado, mas preservando-as e as remodelando de acordo com os códigos e os valores culturais pré-existentes.

É assim que o Estado e outras formas de organização político-institucional, como o parentesco, as tribos, os clãs, as linhagens, a família e as chefias locais, são problematizadas no capítulo II. Em “State and Revolution: Nations, Tribes, and Lineages”, busca-se entender a “articulação contraditória entre revolução e formas políticas tradicionais” (: 52). A Revolução do Irã em 1979, por exemplo, é bastante debatida nesse capítulo, sobretudo para aproximá-la do caso da Líbia, estudado por Igor Cherstich. Retomando a perspectiva de Michel Foucault de que a “espiritualidade” não se separou do processo revolucionário no Irã, tanto para este caso quanto para o outro, a ideia é entender como os seres ancestrais, as crenças, os rituais, as simbologias e as lideranças religiosas alimentam as ambições, os ideais, as organizações e os desejos revolucionários do povo por uma república islâmica. Aos olhos dos intelectuais europeus, processo sempre visto como uma maneira retrógrada e conservadora da ação política.

Muito longe de conceberem as tradições uma ilusão ou forma de esconder a violência de um regime político opressor, Cherstich, Holbraad e Tassi as veem como elementos constituintes da dinâmica transformadora das revoluções. É por essa razão que as análises das relações entre ritual, religião e Estado, nos dois primeiros capítulos, estendem-se a uma análise da produção de pessoa no capítulo III. Em “The Revolutionary Person: Penitence, Sacrifice, and The New Man”, o argumento é o de

que as revoluções têm papel central na concepção de sociedade que se quer alcançar, antes de tudo, transformando radicalmente o modelo de “homem” a que se quer cultivar e ter como referência. A ideia de “novo homem” é uma noção comum a muitas teorias e modelos marxistas de superação da luta de classes. Face aos desafios impostos aos membros de um movimento ou de um partido, tais como o sacrifício de uma vida privada, abrindo mão de gozos e satisfações pessoais, a noção de sujeito revolucionário, sempre por se fazer de modo coletivo, deve ser pensada também na intersecção com a religião e o asceticismo.

Um modo de vida para o qual é exigido entre seus membros um regime de controle de suas individualidades, por outro lado, não podem ser pensados independentemente das características comuns que os agregam. É dessa maneira que, no capítulo IV, “The Revolutionary Leader: Charisma, Authority, and Exception”, os autores avançam suas análises em direção a um debate a respeito dos atributos do líder político, do seu carisma, do seu talento retórico e do seu poder de convencimento das massas. Os elementos individuais que o definem e produzem a sua identidade muitas vezes são difíceis de ser apagadas, mesmo décadas depois de sua morte ou, ainda, quando de sua substituição por um novo líder. Há todo um problema em torno da transmissão das qualidades de uma liderança política a um sucessor, mas também em torno de sua memória e preservação no tempo e no espaço, seja na forma de um conjunto de ideias e valores propagados ideologicamente, seja em sua forma embalsamada, como é o caso de Lênin, seja ainda a partir de ritos sagrados de eternização da memória do líder, como é o caso de Fidel Castro.

A divinização do líder político e a ideologia a ele vinculada produzem realidades. A ideologia, a sua construção e a sua propagação por meio de rituais e instituições de poder são problematizadas no capítulo V. “Revolution and Ideology: Truth, Lies, and Mediation” é dedicado justamente ao processo de produção cultural da realidade e às visões de mundo de seus sujeitos históricos, vale notar, nesse caso, humanos e não-humanos. Entre o ideal e a prática, entre o sagrado e o secular, entre os seres de uma vida passada e os protagonistas da vida revolucionária presente, as ideologias envolvem um complexo regime de “mediação” (e não apenas de ruptura entre classes e grupos antagônicos) de “entidades” que compõem e produzem a realidade social (: 166-169).

Ao contrário de tomar a ideologia como o acobertamento da luta de classes, como há muito tempo a imaginou Karl Marx, os autores consideram a ideologia algo produtivo, criativo e revelador. Em Cuba, por exemplo, as religiões afro e os rituais de sacrifício animal, além de práticas tradicionais preservadas pela política do Estado, tomam a si mesmas como força contemporânea do projeto revolucionário nacional por meio do *aché*. Uma forma de “poder” ou “capacidade” que “permeia tudo o que existe desde o tempo de sua ‘origem’, isto é, o tempo de origem da qual muito da mitologia Afro-Cubana é devota” (: 167).

Juntando os aspectos analisados nos cinco primeiros capítulos, chega-se a um último aspecto, porém não menos importante, no capítulo VI: a “cosmologia” das revoluções. “Revolutionary Cosmologies: Spirits, Myths, and Worlds” trata principalmente do *proceso de cambio* na Bolívia a partir das insurgências indígenas Aymara. Nesse contexto, o tempo passado, os ancestrais e os espíritos não devem ser aniquilados da ação política, mas levados em direção a um futuro hipoteticamente sem di-

visão de classes e desigualdades. É no passado, nos conflitos e nas diferenças de outrora e na tradição de um povo que pode restar vivo o futuro de uma revolução. A “cosmologia” é o lugar privilegiado do encontro entre passado, presente e futuro, pois é nela que os aspectos rituais, institucionais, pessoais, coletivos e ideológicos sustentam-se uns nos outros, enfim, tornando-se elementos constituintes de uma imagem da revolução como totalidade aberta. Nas palavras dos autores, uma noção de “revolução sem um projeto político último ou um horizonte transcendente definido *a priori*” (: 65).

Na conclusão, Cherstich, Holbraad e Tassi propõem para a etnografia uma análise do aspecto “cosmopolítico” das revoluções, mais do que tão somente de seus aspectos políticos, institucionais, religiosos, tradicionais e/ou cosmológicos. Sob o título “Worlds in Revolution”, a conclusão se baseia no conceito de “cosmopolítica” formulado pela filósofa Isabelle Stengers, uma vez que cosmologia e política produzem relações que se poderiam imaginar desimportantes à racionalidade política moderna. Trata-se, nesse caso, da multiplicidade de relações e formas com que as insurgências, as insurreições e as revoluções acontecem nem tão só em sua capacidade de transformação e reinterpretação da realidade, mas também em sua capacidade mesma de proliferação e criação de mundos. O procedimento é o de incorporar à análise etnográfica uma perspectiva “holista” da “cosmopolítica” revolucionária à medida que assim a entendam e a considerem os seus próprios agentes.

Por fim, é notável que ganham proeminência ao longo do livro os contextos etnográficos das pesquisas de Cherstich, Holbraad e Tassi. Há uma diferença qualitativa muito clara no tratamento aos seus próprios materiais de pesquisa quando em comparação ao tratamento dado às etnografias de terceiros, assim como por vezes tornam-se exaustivas as análises teóricas e dos acontecimentos históricos em algumas seções dos capítulos, estas parecendo mais resenhas e sínteses argumentativas do que partes estruturalmente orgânicas da análise comparativa que o livro como um todo pretende desenvolver. Havendo, por vezes, ainda, dificuldades em estabelecer conexões entre um capítulo e outro à medida que avançam as análises que competem a cada um deles.

Apesar disso, a obra é inovadora não só no campo de debate em que se insere e que pretende fortalecer com a sua publicação, mas também no empreendimento antropológico que pretende inaugurar. *Anthropologies of Revolution* pode levar o leitor e a leitora a refletirem, entre outras coisas, acerca do papel das revoluções na conjuntura dos fascismos contemporâneos, da crise ecológica planetária (em um mundo devastado pela pandemia de covid-19) e das desigualdades sociais e econômicas cada vez mais abissais na nova era do capitalismo global. Sem dúvida, sua leitura é fundamental para os pesquisadores e as pesquisadoras dedicadas aos temas principais do livro. Mas de igual modo ela o é para todos e todas que, fora ou dentro da academia, desejam libertar as práticas e as teorias revolucionárias das heranças do Iluminismo, da Modernidade e da Razão ocidental. Ainda hoje, fantasmas que assombram o pensamento.

Renan Martins Pereira é doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

FINANCIAMENTO

*Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
(Capes).*

RECEBIDO: 05/10/2021

ACEITO: 28/02/2022

PUBLICADO: 27/06/2022



Este é um material publicado em acesso
aberto sob a licença *Creative Commons*
BY-NC